

Habitação econômica no Brasil: o IDORT e sua revista (1932-1960)

Telma de Barros Correia

Arquiteta e professora livre-docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, IAU-USP, Rua Victor Manuel de Souza Lima, 328, apt 56, Santa Mônica, São Carlos, CEP 13561-020, (16) 3371-9909 / (11) 2338-1692, tcorreia@sc.usp.br

Caliane Christie Oliveira de Almeida

Arquiteta e urbanista, pós-doutoranda pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, IAU-USP, Rua Cezar Ricomi, 121, Jardim Lutfalla, CEP 13560-510, São Carlos, SP, (16) 98805-1705, calianec@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo trata da criação do IDORT, Instituto de Organização Racional do Trabalho, no início da década de 1930, e de suas iniciativas no sentido de difusão de um projeto de racionalização, vinculado à busca de produtividade. Destaca o papel de sua revista na difusão deste projeto ao longo das três décadas subsequentes à sua fundação. Salieta como a moradia foi um dos campos de ação do órgão e a abordagem abrangente que recebeu em seu periódico, bem como na Jornada de 1941. Considerando o alcance desta ação nos meios empresariais, técnicos e administrativos, mostra que o IDORT teve um papel relevante, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940, nos rumos dos debates e das realizações no âmbito da moradia econômica no Brasil.

Palavras-chave: habitação econômica, racionalização, IDORT.

Ao longo do século XIX e das primeiras décadas do XX, o Brasil foi amplamente discutido por intelectuais, que buscavam respostas para seus problemas e suas dificuldades em se equiparar aos países capitalistas centrais em fatores diversos, entre os quais a colonização portuguesa, a herança escravocrata e o clima tropical. Em um contexto de difusão do taylorismo¹, um novo diagnóstico surgiu, apontando a organização como um problema central. Segundo afirmou Armando de Salles Oliveira, “o problema do Brasil é um problema de organização e a organização se faz, na maioria dos casos, sem a exigência de novos recursos financeiros” (SILVA, 1980, p. 74). Nesta nova perspectiva, tratava-se de alterar as mentalidades, os instrumentos e as técnicas de gestão das diferentes atividades situadas na esfera da produção, da administração, da organização urbana e doméstica.

Naquele momento, a racionalização e a reforma da moradia foram incluídas por alguns setores das elites econômicas e intelectuais brasileiras, entre os temas centrais na discussão dos problemas do país e de suas soluções. A racionalização foi uma estratégia importante mobilizada pela burguesia industrial no âmbito da produção, na busca por aumento da produtividade e pela retomada da acumulação, especialmente após a crise de 1929. A racionalização logo extrapolaria os limites da produção, passando a ser tratada como chave para a reforma de outros setores, tais como a administração pública, o tráfego de veículos e as atividades domésticas.

A reforma da casa, que vinha sendo discutida desde o século XIX em termos de melhoria das condições de conforto e higiene, foi fortemente

¹ Método criado pelo engenheiro mecânico Frederick Winslow Taylor no século XIX, consistia em um processo organizado em duas etapas: a divisão das atividades de modo específico e a reordenação delas de modo mais eficaz. O objetivo desse processo era reduzir ao máximo o tempo despendido em cada operação e em cada atividade de modo a garantir uma maior produtividade. Vi-sou corrigir impactos negativos sobre a produtividade do sistema de trabalho associado a prolongadas jornadas de trabalho, cansaço produzido pelas tarefas repetitivas e monótonas e acidentes ...continua próxima página

...continuação nota 1...

de trabalho, que marcou a implementação das indústrias. De acordo com Correia (2004, p.84), esse método foi implantado no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1930 e foi vinculado às justificativas técnicas e científicas para a efetivação dos programas sociais no país, aplicados tanto nos diversos setores da produção, como nas moradias e nas cidades.

² Imediatamente após sua fundação, o IDORT foi reconhecido pelo Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho (C.I.O.S.), com sede em Genebra. Esse último Instituto, a Repartição Internacional do Trabalho e a Liga das Nações foram instituições surgidas no pós Primeira Guerra Mundial, com o intuito de centralizar o movimento de ideias e realizações de interesse mundial, abrangendo as questões vinculadas à produção organizada, ao trabalho e à política internacional. O estopim para a criação desses órgãos foi a crise econômica que eclodiu em fins de 1929, que evidenciou para alguns setores a necessidade das nações reorganizarem suas economias e finanças, melhorando a qualidade da produção, barateando os custos, facilitando a circulação e a distribuição de bens. Julgava-se que tais metas envolviam a montagem de um aparato complexo, que só seria alcançado por meio de um trabalho coletivo, com coordenação de esforços. No campo da economia, considerava-se que a organização almejada estaria sendo prejudicada por fatores como desorganização administrativa, falta de controle eficiente da produção, associada – entre outras coisas – à falta de padronização de produtos, acondicionamentos e embalagens, entraves burocráticos nas relações bancárias e comerciais, mau aproveitamento da matéria prima, subutilização da energia motriz, e legislações, sistemas de crédito e de financiamento antiquados. Enfim, apostava-se em medidas fundamentadas numa ideia de racionalização vinculada a estudos minuciosos de procedimentos a serem adotados na produção, na

...continua próxima página

impactada pelas ideias de racionalização. Se a produtividade no trabalho já era um dos alvos da reforma norteadada pela busca de higiene e conforto, passou a partir de então a ser central e pensada em termos mais amplos. Já não bastava que a casa fosse solidária com a produtividade de seu morador no trabalho, ela também deveria ser norteadada pela busca de produtividade na sua construção, arranjos internos e tarefas domésticas. Pensava-se em métodos e técnicas construtivas, em móveis e utensílios, e em arranjos internos regidos por noções de racionalização e de organização científica.

Na agenda de profissionais de arquitetura e urbanismo, sobretudo no âmbito dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) a partir da década de 1920, estas preocupações se traduziram em conceitos como moradia mínima, alojamento-padrão, edifício-tipo e moradia de massa, assim como na defesa da padronização de materiais, do planejamento urbano e da ação do Estado no campo da moradia social.

No Brasil, fora do campo de ação dos especialistas em arquitetura, urbanismo e construção (arquitetos e engenheiros civis), é notável a forma como os temas da racionalização e da reforma da moradia foram articulados na ação do Instituto de Organização Racional do Trabalho, IDORT.

Diante deste contexto, o presente artigo trata da criação do IDORT, de seus objetivos e de suas várias iniciativas no sentido de difusão de um projeto de racionalização, vinculado à busca de produtividade na produção e em vários outros campos de atividades no Brasil. Destaca o papel de sua revista – criada no sentido de difundir este projeto –, e salienta como a moradia foi eleita como um dos campos de ação do Órgão na sua campanha em prol da racionalização, a qual se estendeu à construção e a organização dos espaços internos da habitação e das atividades realizadas no âmbito doméstico.

O artigo toma como marco inicial o ano de fundação da revista, 1932, e como marco final o ano de 1960, quando a partir de uma reformulação da revista o tema da racionalização passa a ser tratado com novos contornos.

O Instituto de Organização Racional do Trabalho

Criado em São Paulo em outubro de 1931, o IDORT surgiu com o objetivo de difundir a ideia de racionalização, promover eficiência e aumentar a produtividade na produção e em outros setores de atividades. Trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, vinculada ao movimento internacional de difusão do taylorismo².

Em São Paulo, a fundação do IDORT estava inserida em um movimento em prol da administração científica, que vinha se fortalecendo através de várias iniciativas surgidas ao longo da década de 1920. Entre tais iniciativas situam-se as de aplicação de métodos de gestão científica empreendidas por Roberto Simonsen em suas empresas e na construção de quartéis a ele confiados. A criação do Curso de Mecânica Prática do Liceu de Artes e Ofícios, dirigido por Roberto Mange, e os estudos em psicologia, pedagogia, psicotécnica, seleção e orientação profissional desenvolvidos no Instituto de Higiene, na Escola Normal e no Liceu Rio Branco – com a participação, entre outros, de Lourenço Filho e de Geraldo de Paula Souza –, se configuram como outras aplicações de métodos de gestão científica na cidade (SILVA, 1980; ANTONACCI, 1987).

Em 1929, tal movimento resultou na criação de um Instituto de Organização Científica do Trabalho no plano de ação da Associação Comercial e na constituição de uma comissão para pensar o formato desse órgão. A Comissão foi formada por Geraldo de Paula Souza, Monteiro Camargo, Lourenço Filho e Roberto Mange. A referida comissão *“definiu os objetivos desta iniciativa a partir das possibilidades oferecidas pela psicotécnica às atividades produtoras no sentido de retirar do ‘fator humano’ o máximo proveito com o mínimo de resistência”* (ANTONACCI, 1987, p. 74). O Instituto atuaria através de seções de seleção e educação profissionais, de organização profissional e de estudos a respeito de legislação e estatística referentes a estes temas (ANTONACCI, 1987, p. 74).

Em 1930, Aldo de Azevedo, em uma iniciativa paralela, mobilizou um novo grupo que definiu como *“homens de projeção”*, com o propósito de criar um Instituto Paulista de Eficiência, cuja finalidade seria

...continuação nota 2...

administração, no comércio e nos serviços. Com tal ambição foram criadas instituições semelhantes ao Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho em diversos países, como o Instituto de Organização Racional do Trabalho no Brasil.

aplicar a administração científica em escala ampla e coordenada. Naquela ocasião, do ponto de vista de setores da burguesia industrial paulista, tal ação mostrava-se particularmente urgente para garantir a expansão do capital e a manutenção de seus poderes, diante da crise econômica desencadeada em fins da década de 1920 e dos movimentos de insatisfação popular. Conforme Aldo de Azevedo avaliou cerca de trinta anos depois:

(...) tive a nítida impressão que o momento era altamente propício para a difusão de ideias construtivas, após o abalo revolucionário. Daí me impôr a uma tarefa imensa: a de fazer um verdadeiro apostolado e arranjar adeptos daquelas ideias e ideias, selecionando e reunindo homens de projeção para um trabalho em equipe. Enviei mais de uma centena de circulares e procurei pessoalmente muitos dos que, posteriormente, se tornaram ativos elementos do IDORT (AZEVEDO, 1961, p.50).

O Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo originou-se da fusão destes dois grupos, promovida por Clóvis Ribeiro, secretário geral da Associação Comercial, que articulou os influentes membros da burguesia empresarial mobilizados por Aldo de Azevedo em 1930 e os cientistas envolvidos na comissão criada pela Associação Comercial em 1929: o IDORT “... surgiu do encontro de cientistas ansiosos por ampliar as bases de suas pesquisas em torno da organização racional e industriais em busca de sustentação técnico-científica para suas novas opções de administração e controle fabril” (ANTONACCI, 1987, p. 59). De acordo com Maria Antonieta Martines Antonacci (1987), esta junção dos dois grupos resultou em um direcionamento da ação no sentido da moldagem do processo de trabalho e da força de trabalho em função de necessidades de expansão do capital.

O IDORT reivindicava como sua meta promover a organização científica do trabalho e da produção, centralizando e coordenando o intercâmbio de ideias, experiências e pesquisas entre os estudiosos e interessados no tema. Propunha-se a ampliar a aplicação de métodos científicos e sistemas de trabalho que, por uma administração adequada, resultassem na melhora da qualidade do produto, baixa do custo e maior remuneração do trabalhador, além de melhores condições de conforto e higiene no trabalho e na moradia. O aumento da produtividade

via racionalização do trabalho e a promoção da cooperação entre operário e patrão – solidária com este aumento – era o objetivo central do órgão. Conforme vinha estampado nas capas de suas revistas, a entidade se definia como uma sociedade civil sem fins lucrativos, destinada a:

(...) aumentar o bem estar social por meio de uma organização adequada a cada setor do trabalho e a cada atividade; estudar, difundir e ampliar os princípios, métodos, regras e processos da Organização Científica do Trabalho; evitar o desperdício sob as suas múltiplas modalidades; dar ao trabalho o máximo de rendimento com o mínimo de dispêndio; proporcionar aos empreendimentos e seus executores toda a segurança, quer sob o ponto de vista de atingir de forma plena a sua finalidade, quer sob o aspecto de eficiência qualitativa e quantitativa de operações; assegurar administrações cientificamente exercidas (CAPA, 1946).

Entre os associados do Instituto era cultivada a imagem de pioneiros do movimento de racionalização no país. A militância em prol da racionalização mobilizou veículos diversos. O IDORT organizou uma revista mensal, publicou folhetos, promoveu conferências, participou de programas de rádio e criou uma biblioteca especializada, além de ter promovido cursos e de ter realizado trabalhos – estudos e propostas – para empresas privadas e para a administração pública.

Um viés importante de ação do IDORT foi a promoção de jornadas e campanhas. Anualmente o órgão se envolvia em campanhas educativas, promovendo seminários voltados a temas específicos, através dos quais difundia noções imbuídas no chamado “espírito de organização científica”. Assim, sucederam-se o Inquérito sobre a iluminação nos locais de trabalho (1933), a Campanha de Prevenção de Acidentes (1933-1934), a Jornada da Administração Municipal (1936-1937), a Jornada Contra o Desperdício (1938), a Jornada Contra o Desperdício nos Transportes (1939), a Jornada da Alimentação (1940), a Jornada de Economia Rural (1941), a Jornada da Habitação Econômica (1941), a Segunda Jornada de Economia Rural (1942-1943), a Jornada “O Brasil Após-Guerra” (1943-1944), a Jornada em Prol da Pontualidade (1944-1945), a Jornada de Educação (1945-1946), a Campanha pela Cortesia (1940), a Jornada da Produção (1947), a Jornada da Iluminação

³ Em mensagem encaminhada à Assembleia de Deputados, o Governador Armando de Salles descreveu as diversas recomendações decorrentes do estudo realizado pelo IDORT: supressão de órgãos inúteis e de acúmulo de emprego; melhor divisão de trabalho entre serviços e coordenação de esforços; melhor aproveitamento e padronização de material; classificação geral dos funcionários e equiparação de salários; e transformação no processo de trabalho (SILVA, 1980, p. 89).

⁴ O serviço realizado para o governo de São Paulo – Reorganização Administrativa do Governo do Estado (RAGE) – envolveu análises e propostas de mudanças no primeiro escalão da administração de São Paulo, análises da execução de processos de natureza operacional (procedimentos de secretaria, arquivo e atendimento ao público interno e externo) e estudos e propostas de novos procedimentos para a seleção e o treinamento de servidores públicos. A Primeira Divisão do IDORT – chefiada por Francisco de Salles Oliveira – tratou da reorganização administrativa, enquanto a Segunda divisão – sob a direção de Roberto Mange – aplicou métodos de racionalização do trabalho e de seleção profissional (SILVA, 1980; FERREIRA, 2008).

⁵ O SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – de São Paulo, criado em agosto de 1942 sob a direção de Roberto Mange, foi uma decorrência do IDORT – que cooperou com o inquérito da comissão dos Ministérios do Trabalho e da Saúde para avaliar o problema do ensino profissionalizante – e do CFESP – cujos conceitos e métodos da formação profissional lhe inspiraram e forneceram subsídios (IDORT, n.353/354, mai./jun. de 1961).

⁶ Os cursos eram ministrados em aulas noturnas, que ocorriam duas vezes por semana, durante seis meses. O Curso Básico contemplava noções de Estatística e de Psicologia Geral e Organização Racional do Trabalho (tratada em termos teóricos e aplicada aos serviços de escritório).
...continua próxima página

Racional (1948), a Jornada da Cooperação (1949), a Campanha de Segurança e Higiene do Trabalho e a Campanha de Racionalização da Técnica do Trabalho, já na década de 1950. Observando-se o título destas iniciativas, nota-se que a partir de 1940 – com a Jornada da Alimentação – os temas destas campanhas vão se afastando das questões do *Management*, para contemplar assuntos diversos, embora sempre abordados pela ótica da gestão científica e da busca de eficiência.

A prestação de serviços a empresas e órgãos públicos também foi um campo relevante de ação do IDORT. Com seu vínculo estreito com setores da elite paulista, o órgão não tardaria a receber reconhecimento e demandas governamentais. Em 1934, cinco meses após a nomeação de Armando de Salles Oliveira como interventor do estado de São Paulo, o IDORT recebeu a incumbência de estudar a Reorganização Administrativa do Governo do Estado (RAGE)³ e, no mesmo decreto, foi reconhecido como entidade de utilidade pública pelo governo do estado de São Paulo. Já em outubro de 1936, o governo federal também reconheceu o IDORT como entidade de utilidade pública⁴. A partir deste momento, as encomendas governamentais se sucederam, como a execução do programa do RAGE em Santa Catarina e em Goiás. Assim como Armando de Salles, outros membros do IDORT que vieram a ocupar cargos públicos contrataram o IDORT para a realização de serviços de grande vulto. O RAGE do estado de Goiás – o segundo maior programa de reorganização administrativa realizado à época – por exemplo, foi contratado após a posse de Pedro Ludovico como interventor desse estado, um sócio fundador do IDORT. Em outros níveis da administração, a nomeação de membros do IDORT também gerou encomendas para o órgão, como foi o caso no governo paulista da nomeação de Aldo Azevedo para o Departamento de Serviço Público, de Abelardo Vergueiro Cesar para a secretaria de justiça e Clóvis Ribeiro para a secretaria da fazenda (SILVA, 1980; FERREIRA, 2008).

Junto às empresas, sobretudo do setor industrial, a partir de meados da década de 1930, o IDORT realizou atividades de seleção e de treinamento de trabalhadores. Neste campo de ação, em 1934, o IDORT se envolveu em um projeto de seleção e treinamento que foi coordenado por Robert Mange e deu origem ao Centro Ferroviário de Ensino e

Seleção Profissional em São Paulo (CFESP), que se converteu em referência e inspiração para a criação de muitos outros centros de capacitação (FERREIRA, 2008, p. 206)⁵.

Outro viés de ação do IDORT foram os cursos de Organização Racional do Trabalho (CORT), oferecidos para o nível básico a partir de 1941 e como curso de aperfeiçoamento a partir de 1946⁶.

Estas ações converteram o IDORT, ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950 no centro intelectual do industrialismo brasileiro no que se refere ao tema da racionalização. O Instituto se empenhou numa ampla promoção do *taylorismo*. Produzir mais e melhor em um tempo mais curto era o objetivo fundamental da racionalização do trabalho postulada. Eficiência, cooperação e racionalidade foram conceitos básicos promovidos pelo IDORT. A ideia de cooperação adotada fundamentava-se na promoção de boas relações no ambiente de trabalho, entre patrões e empregados e entre chefes e funcionários de empresas de utilidade pública. Eventualmente, o tema se estendia à esfera doméstica, falando-se na necessidade de cooperação entre os membros da família. A eficiência e a racionalidade eram pensadas em termos do combate ao desperdício e aos acidentes (no trabalho, no trânsito, etc.) e da otimização do uso do tempo. A luta contra o desperdício promovida pelo órgão ganhou contornos amplos, voltando-se contra o desperdício de tempo, de recursos, de energia, de mão de obra, de equipamentos e até de palavras. O conceito “tempo é dinheiro” permeia toda a discussão promovida sobre o tema da eficiência.

O Instituto integrou um sistema de instituições cujo objetivo era subsidiar e contribuir para organizar a elite industrial brasileira e viabilizar projetos formulados pela categoria. Tal sistema reuniu o CIESP (transformada em 1931 em FIESP), o IDORT, o SENAI, o SESI e a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. A inserção do IDORT neste grupo de instituições foi possível pela sua ampla inserção nos meios técnicos, empresariais e governamentais paulistas através, sobretudo, da adesão de engenheiros ao projeto do órgão.

De acordo com matéria publicada na primeira edição da revista do IDORT, a reunião inicial dos sócios fundadores do órgão, que ocorreu em junho

...continuação nota 6...

Tinha como objetivo “Proporcionar uma iniciação nos estudos de O.R.T., além de conhecimentos essenciais de estatística e psicologia, visando especialmente os serviços de escritório” (FERREIRA, 2008, p. 205). O Curso de Aperfeiçoamento tinha como objetivo “completar o preparo especializado de profissionais, para o exercício de funções administrativas elevadas” e envolvia o ensino de Higiene do Trabalho, Psicotécnica, Organização Técnica do Trabalho e Administração de Pessoal (FERREIRA, 2008, p. 205). Esta ação do IDORT antecipou, contribuiu e inspirou a Fundação Getúlio Vargas (FGV), instituição privada brasileira, criada em 1944, com o objetivo de promover ensino e pesquisa em administração pública e privada – com participação direta de membros do órgão.

7 Nela registrou-se a presença de Roberto Mange, Lourenço Filho, Armando de Salles Oliveira, José Octávio Monteiro de Camargo, Henrique Dumont Villares, Geraldo de Paulo Souza, Damasco Penna, Luiz Tavares Pereira, Gaspar Ricardo Júnior, Aldo Mario de Azevedo, Abelardo Vergueiro Cesar e Clovis Ribeiro.

8 Como sublinha Ferreira (2008, p.157-158), Armando de Salles na condição de genro de Júlio Mesquita e presidente da sociedade anônima proprietária do Jornal, estava em posição privilegiada para “(...) contribuir na articulação da estratégia de divulgação do instituto junto a sociedade paulista, principalmente no intuito de angariar sócios”.

9 Assim, foram criadas categorias inferiores de sócios individuais (sócios de segunda e de terceira categoria) de empresas (sócio coletivo segunda categoria, cuja contribuição anual era 76% menor que a da primeira categoria (FERREIRA, 2008, p. 178).

10 Aos sócios do IDORT eram distribuídos folhetos e separatas sobre suas atividades, relatórios, etc., oferecidas consultas diversas, serviços relacionados ao planejamento técnico e/ou

...continua próxima página

de 1931, foi presidida pelo engenheiro Gaspar Ricardo Júnior⁷. Quatro meses depois foi constituída a primeira Diretoria do IDORT, composta por: Presidente Armando de Salles Oliveira; 1º vice-presidente Dr. Antonio C. Pacheco e Silva; 2º vice-presidente Luiz T. Alves Pereira; 1º secretário Aldo Mario de Azevedo; 2º secretário Clóvis Ribeiro; 1º tesoureiro Gastão Vidigal (1931) / Osvaldo Reis de Magalhães (1932); 2º tesoureiro Dr. Vicente S. de Barros Jr; Diretor técnico da 1ª divisão Francisco de Salles Oliveira; e Diretor técnico da 2ª divisão Robert Mange (IDORT, 1932).

Entre os fundadores do IDORT estão homens que desempenharam papéis importantes na vida acadêmica ou empresarial paulista. Em meio a eles há industriais (como o engenheiro Aldo Mário de Azevedo, Henrique Dumont Villares e Luís Tavares Alves Pereira), cientistas (como os engenheiros Roberto Mange e Monteiro de Camargo, o médico Geraldo de Paulo Souza e o educador Lourenço Filho) e administradores de empresas e dirigentes de entidades empresariais (como o engenheiro Armando de Salles Oliveira e o jurista Clovis Ribeiro). Esta junção de esforços e conhecimentos de cientistas e empresários é essencial à compreensão da trajetória do órgão.

O engenheiro – formado na Politécnica de São Paulo – Armando de Salles Oliveira: dirigiu empresas de eletricidade no interior de São Paulo, foi diretor da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, presidente da Sociedade Anônima O Estado de São Paulo e, em 1933, foi nomeado interventor em São Paulo, detendo uma grande influência política e poderosos laços familiares que seriam mobilizados em favor da difusão das ideias promovidas pelo IDORT⁸. O engenheiro Roberto Mange foi professor de Mecânica da Escola Politécnica, dirigiu o Curso de Mecânica Prática do Liceu de Artes e Ofícios e foi membro da comissão que redigiu o Código de Educação de 1933, também no estado de São Paulo. O engenheiro Aldo Mário de Azevedo, por sua vez, foi proprietário e diretor da Fábrica de Tecidos Japhy em Jundiaí e diretor do CIESP, entre 1930 e 1931. O jurista Clovis Ribeiro foi Secretário Geral da Associação Comercial de São Paulo. Lourenço Filho foi professor da Escola Normal e do Liceu Rio Branco e o engenheiro José Octávio Monteiro de Camargo foi professor de Mecânica da Escola Politécnica. A este grupo inicial, outros profissionais se juntaram,

assumindo funções na diretoria do Instituto. Um deles foi Francisco Salles de Oliveira (irmão de Armando Salles), engenheiro da Companhia de Força & Luz de Jaboticabal, diretor da Companhia Nacional de Artefatos de Cobre e engenheiro da Pirelli. Entre os 92 sócios fundadores do IDORT, havia ainda outros homens de grande influência como, por exemplo, o jurista José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), que foi presidente da Associação Comercial de São Paulo, interventor no estado de São Paulo (1945-1947), ministro da Justiça e de Negócios Interiores e ministro das Relações Exteriores.

Nota-se que, entre os fundadores do IDORT, predominam os engenheiros, os quais também ocuparam postos estratégicos no Instituto: Armando de Salles Oliveira foi seu primeiro presidente, Francisco Salles de Oliveira assumiu a diretoria técnica da primeira divisão – Organização Administrativa – e Roberto Mange ocupou a segunda divisão – Organização Técnica do Trabalho. Os engenheiros também eram a categoria profissional predominante entre os associados, correspondente a 96 sócios em 1934, o que representava mais de 30% do total. Naquele momento também era elevada a porcentagem de sócios estrangeiros, que correspondia a cerca de 10% (RELATÓRIO..., 1934).

A partir deste núcleo influente, o IDORT se expandiu e se consolidou. O número de sócios do IDORT cresceu entre 1931 e 1935, passando de 92 para 432. Para estimular o aumento desse número, o IDORT criou diferentes categorias de sócios, com valores de contribuição diversos⁹. Entre 1935 e 1936 houve um acréscimo significativo no número de associados, sobretudo, pela adesão de funcionários públicos, fato que foi atribuído pela diretoria do IDORT à repercussão junto a esta categoria dos trabalhos de reorganização administrativa do governo do estado de São Paulo, realizados pelo Instituto (Relatório Anual da Diretoria do IDORT, 1936, p. 3, apud. FERREIRA, 2008, p. 180). No início da década de 1940, o órgão contava com mais de mil sócios e em 1940, uma “Comissão Representativa” do IDORT de São Paulo foi instalada na cidade do Rio de Janeiro. Em fins do ano de 1964, o IDORT contava com 1.779 sócios, dos quais 1.681 eram brasileiros e 98 estrangeiros¹⁰. Observando estes números, pode-se constatar que a partir da década de 1940, o Instituto teve uma expansão mais lenta, embora seja notável a manutenção de um número significativo

...continuação nota 10... administrativo, bem como de organização de bibliotecas. Também era permitido a sua participação nas conferências e eventos organizados pelo órgão e o acesso à sua biblioteca especializada, além do recebimento da revista mensal.

de associados durante várias décadas, assim como a existência do Instituto até os dias atuais.

A revista

Um viés importante de ação do IDORT foi a criação de uma revista mensal, que se converteu em instrumento valioso mobilizado pelo Instituto para a difusão da ideologia da racionalização e de conceitos, procedimentos e experiências a ela afinados. Em circulação desde 1932 aos dias de hoje, a revista é um documento essencial à compreensão da ação do órgão. Nela estão registradas as ideias defendidas pelo Instituto e as iniciativas que empreendeu para divulgá-las. A própria organização do periódico e a distribuição dos assuntos em suas páginas são exemplos de aplicação dos métodos preconizados pelo IDORT.

Entre janeiro de 1932 e dezembro de 1964 – período pesquisado – foram publicados 396 (trezentos e noventa e seis) números da revista, além de edições especiais de aniversário e sobre as jornadas, campanhas e congressos organizados pelo órgão.

A revista era distribuída mensalmente entre os sócios – pessoas físicas e sócios coletivos –, além de ser comercializada em bancas de jornais e revistas. Sua tiragem de produção mensal em meados da década de 1960 era de cerca de três mil números. Constavam entre seus assinantes fábricas, bancos, entidades de classe, órgãos públicos, etc.¹¹ No início da década de 1960, o periódico do IDORT era distribuído no Brasil e nos 45 países filiados ao Comitê Internacional de Organização Científica.

Ao longo do período tratado neste artigo, foi possível identificar diversos momentos editoriais no periódico do Instituto de Organização Racional do Trabalho, com alterações nas comissões de redação, no conteúdo das matérias, na organização interna e *layout* e, inclusive, em sua nomenclatura.

Em relação à designação, entre os anos de 1932 e 1942, o periódico foi intitulado de IDORT e apresentado na capa como órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho. A legislação restritiva outorgada pelo DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda - no início da década de 1940, vetou instituições particulares a possuir revistas, autorizando apenas boletins. Desta

forma, o periódico não poderia mais chamar-se IDORT, nem se colocar como órgão desse Instituto. Para dar continuidade à sua publicação, a revista teria que passar a ser propriedade de uma pessoa física. Nesse sentido, Carlos Vieira de Carvalho, tesoureiro do órgão na época, tornou-se oficialmente seu proprietário e continuou a editá-la sob sua responsabilidade. Nessa mudança, foram mantidas as características editoriais da publicação, que passou a ser denominada de “Revista de Organização Científica, publicada sob os auspícios do IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho”. Essa denominação permaneceu até o ano de 1953, quando o periódico voltou a ser chamado de IDORT, com o subtítulo “Revista de Organização e Produtividade”, passando a receber em sua capa, imagens diversas e um enfoque muito mais industrial.

Outra importante reestruturação da revista ocorreu em 1960, introduzida pelo então diretor, Nelson Marcondes do Amaral. A partir de então, a publicação passou a apresentar uma sessão e um editor especializado para cada uma das áreas de atuação do IDORT. As seções/áreas de atuação eram: organização técnica do trabalho, organização administrativa do trabalho, produtividade, organização da produção, relações humanas, estatística aplicada, relações públicas e ensino de administração, além de uma seção especial voltada para a divulgação das atividades e ações dos escritórios especializados de racionalização. Os motivos apontados pelo seu corpo editorial para essa reestruturação foram as imposições do progresso da administração científica, assim como a especialização, diversificação e complexidade técnica de assuntos e de interesses dos leitores – não necessariamente ligados à racionalização –, os quais teriam se ampliado.

No tocante às suas características tipográficas, as edições apresentavam uma média de 45 páginas. As primeiras páginas eram reservadas a propagandas diversas vinculadas à racionalização da produção, principalmente relacionadas à construção civil (novos materiais e produtos)¹². Essa disposição garantia maior visibilidade ao produto anunciado, destacando o valor da propaganda comercial como impulsionador da comercialização, como pregava o IDORT. A revista passou por uma reformulação na década de 1950 que incluiu mudanças visuais, e suas matérias passaram a apresentar mais ilustrações

¹¹ Em fins do ano de 1964, a revista contava com 77 instituições assinantes, entre as quais a Associação Brasileira de Imprensa, o Banco Nacional do Comércio, a Bolsa Oficial de Valores, a Comissão de Estradas e Rodagens Federais, a Siderúrgica Nacional, a Fábrica Votorantim S.A., o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC) e dos Industriários (IAPI), o Instituto de Resseguros do Brasil, os Ministérios da Justiça, Relações Exteriores e do Trabalho, a Empresa Nacional de Melhoramentos, o Jornal Estado de São Paulo, o Banco do Brasil, além de diversas prefeituras, departamentos, bancos e fábricas, a maioria delas localizada no centro-sul do país. Entre os assinantes/sócios estrangeiros estava o National City Bank, de Nova York.

¹² Nos primeiros números eram recorrentes propagandas do jornal O Estado de São Paulo, das Empresas Elétricas Brasileiras S.A., da Ford, da Editoras Unidas, do National City Bank, da Motores Marelli e das I.R.F. Matarazzo, considerados “(...) nomes que devem ser alinhados entre os dos pioneiros da campanha de racionalização no Brasil (...)” (LOPES, 1962, p.3).

¹³ A primeira centena de algarismos indicava os assuntos gerais acerca da racionalização, a segunda estava associada aos aspectos administrativos e a terceira ao fator humano no trabalho. Essa organização pode ser identificada nos sumários, precedendo os títulos das matérias, assim como nas extremidades das páginas iniciais de cada um dos artigos – o que indicava a sua associação ao assunto geral tratado pela revista. Esse número também correspondia à classificação da publicação no arquivo social do órgão, locado em sua biblioteca. Cabe ressaltar, que com o passar dos anos, essa forma de arquivamento/identificação por meio da classificação decimal foi sendo abandonada, não podendo ser percebida nos volumes da revista a partir da década de 1960.

¹⁴ De 1932 a 1947 a capa das revistas apresentava um resumo do seu conteúdo ladeado por faixas na cor vinho. A partir daquele ano, o pequeno sumário inicial deu lugar a imagens diversas e a cor vinho foi substituída pela azul, que se tornou a cor oficial da instituição. Em 1954, um novo layout foi introduzido: a faixa azul e o papel mais simples deram lugar ao brilho do papel gloss, enquanto as imagens tornavam-se mais elaboradas. O corpo editorial da revista almejava um cunho mais comercial à sua publicação. Em 1960, outra modificação no layout do periódico foi implementada: a capa recebeu novo tratamento gráfico e o miolo passou a ser impresso em cores.

¹⁵ Eram comuns matérias elaboradas e/ou editadas por ele na revista do IDORT, essencialmente, relacionadas à crise de Superprodução e à mecanização e racionalização do trabalho e da vida contemporânea. Também apresentava interesses na administração pública. Nesse sentido formulou artigos sobre a reorganização do Departamento de Administração Municipal e acerca da reformulação do Ministério da Agricultura.

¹⁶ Sua contribuição na revista concentrava-se principalmente na edição e publicação de material sobre ensino.

e a receber uma maior variação de diagramação e famílias tipográficas.

A revista incorporou à sua estrutura procedimentos de “organização científica”. Os assuntos tratados eram ordenados por números que partiam do 1 ao 230¹³. O formato da revista se enquadrava no padrão internacional, assim como as demais publicações do órgão (molde padronizado), sendo impressa em papel A5, tido como o mais racional. Sua capa também sofreu alterações ao longo dos anos¹⁴.

Ao longo de sua trajetória, apesar das mencionadas alterações gráficas, organizacionais, de estrutura e/ou conteúdo, os objetivos centrais da revista foram mantidos. Tratava-se, sobretudo, de promover a difusão de conceitos coerentes com o aumento da produtividade no trabalho. Nas palavras de seus editores, a revista constituía-se em instrumento de estudos e de ações voltadas ao melhor proveito do esforço humano empregado em quaisquer das múltiplas manifestações da atividade moderna – indústria, comércio, agricultura, administração pública, ciência e trabalho intelectual –, tomava a racionalização como programa e o procedimento científico como solução para os problemas nacionais. Cabia às suas páginas registrar, divulgar e debater as atividades do órgão, bem como difundir seu projeto – defendendo ideais e apontando problemas e soluções – em distintos ramos de atividades.

Os artigos publicados no periódico passavam pela análise de comissões e “subcomissões” técnicas e de redação. A primeira comissão de redação da revista era composta por Armando de Salles Oliveira, Clovis Ribeiro e Brenno Ferraz (responsáveis pela seção de assuntos gerais do IDORT); Aldo M. de Azevedo, Roberto Simonsen¹⁵ e Domicio Pacheco e Silva (responsáveis pela seção de organização geral do trabalho administrativo); Victor da Silva Freire e Noemi Silveira¹⁶ (à frente da seção de orientação profissional); Roberto Mange e Monteiro de Camargo (editores da seção de seleção e organização profissional); Paula Souza e A. C. Pacheco e Silva (seção de higiene do trabalho); e Roberto Mange e Júlio Genta¹⁷ (na seção de tecnopsicologia do trabalho).

A composição destas comissões indica de forma inequívoca a importância atribuída à revista pelo IDORT. Nela é notável o engajamento de cientistas

e de homens influentes no meio empresarial que fundaram o Instituto¹⁸, aos quais outros também de grande projeção se juntaram¹⁹.

Ao longo dos cerca de trinta anos de publicação do periódico do IDORT tratados neste trabalho, destaca-se a atuação editorial e/ou autoral de quatro indivíduos: Armando Salles de Oliveira, Brenno Ferraz do Amaral, Aldo Mário de Azevedo e Clovis Ribeiro. Armando Salles de Oliveira, redator da revista e secretário executivo do IDORT, escreveu e nela publicou matérias sobre a importância do desenvolvimento e do planejamento no âmbito da administração, das cidades e das indústrias do país. Brenno Ferraz do Amaral foi autor de algumas dezenas de matérias sobre o tema da racionalização, aplicado a diferentes empreendimentos nacionais, bem como formulou matérias dedicadas a assuntos econômico-financeiros²⁰. Aldo Mário de Azevedo publicou mais de cem matérias no periódico. Clovis Ribeiro, um dos sócios fundadores do órgão e segundo secretário da diretoria do Instituto, apesar de nunca ter participado da comissão de redação da revista, publicava recorrentemente, e como assessor imediato de Armando Salles e Aldo Azevedo, interferiu na sua orientação e produção²¹.

Com relação ao seu conteúdo, a revista passou por várias fases. Nos seus primeiros anos se dedicava à publicação de trabalhos relacionados à organização científica, incluindo artigos de especialistas – brasileiros e estrangeiros –, resumos dos relatórios sobre os trabalhos das Divisões Técnicas do Instituto, relatos das experiências de gestão e organização científica de empresas nacionais e estrangeiras. Assuntos como o papel administrativo do chefe de governo, contabilidade pública, segurança do trânsito do ponto de vista do pedestre foram usuais na primeira década de existência da revista. Matérias relacionadas às instalações industriais brasileiras (tecelagem, moagem de café e algodão) também eram recorrentes. Questões relacionadas aos acidentes de trabalho foram amplamente abordadas, tendo sido tema de artigos de autoria de Aldo Mário de Azevedo e Horácio Berlinck.

Entre o final de 1938 e fins do primeiro semestre do ano de 1940, as edições da revista foram dedicadas quase que exclusivamente aos trabalhos e conferências apresentadas na primeira grande campanha empreendida pelo órgão, a Jornada

17 Engenheiro italiano radicado no país.

18 Caso de Aldo Mário de Azevedo, Roberto Mange, Monteiro de Camargo, Geraldo de Paulo Souza, Armando de Salles Oliveira e Clovis Ribeiro.

19 Como o do industrial Roberto Simonsen e do engenheiro Victor da Silva Freire.

20 Nos primeiros anos da circulação da revista do IDORT no país, Brenno Ferraz publicou artigos sobre os depósitos nas Caixas Econômicas brasileiras e sua aplicação em títulos da Dívida Fundada e sobre as condições para emissão de cédulas hipotecárias, acerca do mercado imobiliário e sua organização no país, que acabaram por instaurar a ideia do aceite bancário nas décadas de 1950 e 1960 (A ECONOMIA..., 1962, p.10).

21 Diversos nomes podem ser vinculados à redação da revista ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950. Como, por exemplo: Clarence Noble Capps, Carlos Alberto dos Santos, Henrique Beck Junior, Italo Bolongna, J. B. Martins Ramos, Manoel dos Reis Araujo, Nicolau Antonio Torloni, Pedro Ferraz do Amaral, Rodolfo Finger, Rone Amorim, Olympio Carr Ribeiro, Nelson Marcondes do Amaral, Frederico Machado Adenshon e Otiz Pomin.

22 A referida publicação do IDORT, naquele momento, mobilizou esforços em sintonizar o Brasil com os países centrais na discussão dos diversos temas que integravam sua agenda. No pós-Segunda Guerra, por exemplo, princípios do fordismo e do Estado do bem-estar eram defendidos em matéria de Gustav Cassel que tratava, sobretudo, da necessidade de se instaurar uma base econômica sólida, com garantia de empregos e boas condições de trabalho e de moradia, para se alcançar a segurança social (CASSEL, 1945).

23 Também obteve grande repercussão na revista nesse momento o prêmio concedido pelo IDORT ao Governador Carvalho Pinto pela formulação do “Plano de Ação do Governo de São Paulo” e as obras decorrentes dele.

Contra o Desperdício organizada pelo IDORT em 1938. A partir de 1940, assim como os temas das campanhas promovidas pelo IDORT, as matérias publicadas na revista também foram se afastando das questões do *Management*, para contemplar assuntos diversos, embora sempre os enfocando pelo viés da eficiência e da gestão científica. A produção racional de projetos de residências e a estética e o conforto nos espaços de trabalho e de morar, ganharam espaço nas páginas da revista essencialmente na década de 1940. Até meados da década de 1950 evidenciou-se uma intensa atividade do IDORT voltada à realização do X Congresso Internacional de Organização Científica na cidade de São Paulo, em 1954. Os números da revista publicados naquela ocasião trazem frequentes notícias sobre o Congresso anterior. Em 1952, um número especial foi dedicado às conferências e aos trabalhos apresentados e discutidos na Campanha Contra o Desperdício nos Transportes. A realização do X Congresso Internacional de Organização Científica no Brasil, acentuou o empenho na divulgação externa da revista e em atrair para ela maior colaboração de autores estrangeiros e recursos de empresas norte-americanas através da publicação de anúncios remunerados. Em toda a década de 1950, entretanto, o corpo editorial da revista se empenhou, sobretudo, na divulgação das iniciativas de racionalização empreendidas no Brasil²². A partir de 1960, a revista IDORT passou a concentrar suas matérias, sobretudo, em questões relacionadas à cultura, ao comércio e à indústria do café²³. Conferiu importância também à planificação para os governos, mobilizando experiências internacionais como passíveis de serem incorporadas em nosso país. Analisando o conteúdo da revista, Fabio Vizeu Ferreira aponta, por outro lado, a ausência de matérias sobre um ponto central no taylorismo e no fordismo – o problema da remuneração do trabalhador –, interpretando-a como associada à busca de evitar um tema polêmico, que poderia comprometer a adesão de novos sócios entre industriais (FERREIRA, 2008, p. 220- 168).

É importante ressaltar, nesse sentido, que para o IDORT, a revista tinha uma importância central: se constituía no seu principal veículo de ação na difusão de práticas e ideias capazes de consolidar o movimento do *Management* no país, interessando, assim, que tivesse o maior número de leitores possível. De acordo com editorial de 1941, a comissão

de redação almejava ampliar os assuntos por ela tratados, a fim de ampliar divulgação e distribuição do periódico e atingir um maior público. Nesta concepção, não bastavam as Jornadas e Campanhas para a divulgação das atividades e objetivos do Instituto. Era necessário, como explicitado vários anos depois, que as páginas da revista deixassem de ser “(...) um repertório de estudos técnicos, especializados muitas vezes, obtendo o interesse de muitos poucos (...)” (ORGANIZAÇÃO..., 1962, p.18). Tal avaliação conduziu a uma maior diversificação do repertório da revista, incorporando temas como evolução da física, elementos de economia política, história da filosofia, dentre outros como os relacionados à moradia enfocados neste trabalho. Outra iniciativa para ampliar o alcance da revista foi a estratégia de ampla distribuição gratuita de exemplares, empregada desde o seu primeiro número²⁴. Por outro lado, valendo-se de posições na máquina administrativa governamental, membros do Instituto – assim como se empenharam em obter serviços para o IDORT – buscaram promover a difusão do periódico²⁵.

A coleção da revista do IDORT, publicada entre os anos de 1932 e 1960, se conforma como um documento significativo sobre racionalização e sobre a mentalidade de setores importantes das elites empresariais e intelectuais, sobretudo paulistas, propiciando, entre seus variados assuntos, abordagens do tema da moradia.

O IDORT e a habitação

Embora dirigindo sua atenção especialmente à atividade do trabalho – e de modo especial ao industrial –, o IDORT não deixou de se preocupar com a moradia do trabalhador. Nessa ação, o IDORT promoveu um amplo debate sobre o tema, entre as décadas de trinta e sessenta, por meio de campanhas e jornadas organizadas por ele. Além da Jornada da Habitação Econômica de 1941, centrada no assunto, o mesmo se fez presente em outras iniciativas, como a Jornada de Administração Municipal, a Jornada Contra o Desperdício, a Jornada “O Brasil Após-Guerra”, a Jornada da Alimentação, a Jornada da Produção, a Jornada da Iluminação Racional e as Campanhas de Segurança e Higiene do Trabalho e Racionalização da Técnica do Trabalho. O debate promovido pelo órgão em torno do tema da moradia contou inclusive com a colaboração

²⁴A este respeito Fabio Vizeu Ferreira mostra que se adotou inicialmente a prática de "(...) distribuição de exemplares em importantes associações de classe e outras organizações julgadas como núcleos sociais propícios para a prática da racionalização da gestão e do trabalho. Ou seja, esta medida configurava-se como uma ação direta para angariar novos adeptos à causa do Instituto, mas também para a captação de novos sócios. Os diretores do IDORT se referem a distribuição gratuita de exemplares da revista como um esforço consciente de sedimentação da chamada 'mentalidade racional' na sociedade brasileira. Sobre este ponto, o trecho do Relatório de 1934 explicita claramente esta intenção: A actividade do Instituto não se pôde comprimir nas estreitas possibilidades da applicação das soluções racionais aos problemas concretos, em caracter eminentemente executivo. Como é natural em paiz como o nosso, vasto campo ainda virgem ao espirito methodico da organização scientifica do trabalho, é constituido pelos milhares de cerebros intensamente empenhados nas mais variadas actividades. Nestas condições, um dos mais uteis serviços prestados pelo nosso Instituto, embora não se evidencie immediatamente, é a sementeira constante de ideias, a diffusão de ensinamentos e a consequente criação da mentalidade racional, por assim dizer. É o trabalho inconsciente da propaganda. Dispendemos, com esse intuito, muitas dezenas de exemplares de nossa revista, cada mez, enviando-a, a clubs, associações de classe patronaes e operarias, institutos technicos e bibliotecas publicas e de sociedades culturais" (RELATÓRIO..., 1934, p.03).

²⁵Em 1935, o Departamento de Administração Municipal do Estado de São Paulo, quando subordinado ao secretário de estado Domício Pacheco e Silva – sócio de primeira categoria do IDORT – procedeu à contratação de 250 assinaturas da revista destinando um exemplar para cada uma das prefeituras do estado. No ano seguinte, a revista até então deficitária, se tornou capaz de cobrir seus custos (FERREIRA, 2008, p. 196).

direta de membros da direção do IDORT, como o engenheiro Aldo Mário de Azevedo.

A Jornada da Habitação Econômica, promovida em 1941, reuniu profissionais de diferentes áreas, entre os quais engenheiros, médicos, engenheiros-arquitetos, assistentes sociais, pedagogos e advogados, a fim de avaliar as condições de moradia existentes – métodos construtivos, formas e usos – e discutir experiências relativas à habitação econômica no país. O evento, organizado por Nelson Mendes Caldeira, ocorreu simultaneamente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nele foram realizadas diversas conferências, bem como a exposição "Casa Popular", que teve lugar no edifício da Associação Brasileira de Imprensa, nesta última cidade. Além da publicação de trabalhos apresentados em revistas especializadas, crônicas foram publicadas em jornais ou lidas em programas de rádio e entrevistas foram veiculadas.

Em setembro de 1940, a Revista de Arquitetura avaliou que a jornada no Rio de Janeiro havia apresentado falhas: o programa previsto tinha sido reduzido e as conferências e a exposição não tinham atraído o público esperado. Apesar disto, reconheceu que o trabalho abrangente de publicidade – em jornais, revistas e rádio – realizado naquela cidade e em São Paulo – antes, durante e após a Jornada – havia levado o tema da habitação econômica ao público.

Na Jornada da Habitação Econômica a moradia popular foi abordada sob o ponto de vista social, técnico, urbanístico, financeiro e econômico. Na Conferência Inaugural do evento, o engenheiro Roberto Simonsen enfatizou o propósito do Instituto de orientar a ação das elites – que definia como composta pelas classes patronais, pelos homens de governo, pelas instituições paraestatais e pelas associações de classe – no âmbito da moradia popular. Tal pretensão confirma o empenho colocado pelo IDORT nesta Jornada e a ênfase que o tema da moradia recebeu em sua revista.

Dentre os temas colocados e discutidos, estava a questão das consequências da atividade industrial sobre os centros urbanos brasileiros, entre as quais as concentrações operárias mal alojadas, que originam e agravam a crise de moradias populares no país e a difusão dos cortiços, associados por observadores

da época à difusão de doenças, à perversão moral e ao crime. Na concepção de alguns participantes do evento, a solução para o agravamento da crise de moradias que identificavam era, essencialmente, a substituição das residências insalubres por moradias caracterizadas pelo baixo custo de construção, novas disposições e dimensões de cômodos e por novas rotinas de trabalho doméstico e educação do morador. A redução dos custos de construção foi um tema bastante discutido no evento. Julgava-se que para alcançá-la se fazia necessária a aplicação dos métodos de administração científica (planejamento em série, a taylorização do canteiro de obra, a padronização dos elementos construtivos por outros pré-fabricados, o treinamento dos trabalhadores, etc.) de forma articulada a outras ações, como a alteração dos códigos de obras, a educação do consumidor e uma reforma das residências. Essa última envolvia a redução das dimensões e dos ornamentos nas edificações, que eram associadas ao desperdício (IDORT, 1941).

O periódico do IDORT foi um veículo importante de difusão do debate em torno da habitação pelo órgão. Foi um vetor de difusão de noções de racionalização da construção e da organização da casa no país. Durante as décadas de 1930 e 1940, sobretudo, publicou uma série relevante de matérias dedicadas à construção da casa e à organização do lar. Escritas por autores brasileiros e estrangeiros, dos quais a maioria eram engenheiros, tais matérias empenharam-se em evidenciar as possibilidades de gestão "racional" da casa, orientada por princípios de economia de recursos e de tempo, de cooperação e de segmentação de tarefas. A disposição espacial da casa foi tratada como uma dimensão relevante deste movimento de racionalização. Também se buscou difundir métodos de "gerenciamento científico" na organização da construção civil baseados, sobretudo, na padronização e na economia de escala.

Na revista, embora presente desde os primeiros números, o tema da moradia se mostrou mais recorrente nos anos de 1942 e 1943 – em decorrência da Jornada de Habitação Econômica ocorrida em 1941 – através de um conjunto significativo de matérias tratando da organização das atividades domésticas e de características espaciais e construtivas da casa. Tendo a economia como foco central, essas matérias ainda articulavam temas como a relação entre casa e salário, trabalho doméstico e eficiência.

Francisco Saturnino de Brito Filho, Mário Penteado, Carmen Portinho, Francisco Batista de Oliveira e Arruda Câmara, foram alguns dos autores de matérias que trataram de aspectos do problema da casa no Brasil.

Na década de 1930 as contribuições internacionais predominam sobre as nacionais, as quais se intensificam nos anos de 1942 e 1943. Observa-se ainda que até 1942 predominam no periódico do IDORT os temas referentes à racionalização do espaço, das instalações e das atividades da casa. Entre 1942 a meados da década de 1940, prevalece uma abordagem da moradia associada ao planejamento e à ação estatal. A partir de meados da década de 1940, a moradia perde progressivamente espaço na revista, até praticamente deixar de ser abordada em suas páginas na década de 1950.

Entretanto, nos poucos mais de dez anos nos quais o IDORT privilegiou a discussão do tema da moradia – através da revista do IDORT e da Jornada de 1941 – o fez de forma ampla, mobilizando profissionais de diferentes nacionalidades e campos de saber, assim como abordando aspectos diversos da questão.

O conteúdo das matérias sobre habitação publicadas na revista foi objeto de análise de dois trabalhos: um enfatizando o projeto de reforma da moradia promovido pelo IDORT e outro sublinhando papel da revista na difusão de experiências e artigos internacionais sobre o tema.

Em “O IDORT e a taylorização da moradia no Brasil (1932-1950)” (CORREIA, 2004), mostrou-se um conjunto importante de temas relativos à moradia tratados durante a Jornada da Habitação Econômica e em matérias publicadas na revista do IDORT. A redução dos custos de construção foi abordada em matérias que defendiam a padronização dos elementos construtivos, a construção em série, métodos econômicos de organização da construção e o treinamento da mão de obra da construção civil, enquanto outros criticavam os ornatos. No mesmo sentido, alguns artigos publicados na revista discutiam as possibilidades de uma moradia popular que conciliasse condições adequadas de higiene e conforto com custos de construção acessíveis ao trabalhador. A dimensão e o programa ideal da casa popular foi o assunto de outro conjunto importante de trabalhos, os quais discutiam temas como os

programas adequados à moradia do trabalhador, a padronização de utensílios e a planificação da casa. Algumas destas matérias associavam intimamente os arranjos internos e o mobiliário à maior eficiência das tarefas domésticas, recomendando móveis feitos e dispostos valorizando requisitos funcionais em detrimento de qualidades estéticas e simbólicas e uma cozinha compacta e com organização do espaço julgada racional. A redução dos custos de manutenção da casa era enfatizada em várias destas recomendações, bem como em outras como a organização eficiente do sistema doméstico de eletricidade e iluminação (CORREIA, 2004).

O trabalho mostra como, coerente com os debates realizados nos primeiros CIAMs, a opção entre casas ou apartamentos também foi objeto de análises e propostas na revista do IDORT. Discutiui-se, também, em conformidade com todo um debate iniciado ainda no século XIX, o significado da propriedade da casa para o trabalhador. A educação do morador foi assunto de matérias que defendiam a introdução de novas rotinas nos trabalhos domésticos e na organização da casa, enquanto outras sugeriam campanhas educativas ensinando noções de higiene e divulgando exemplos de bom gosto e simplicidade no arranjo da casa. O trabalho mostrou como a ação do IDORT contribuiu para a difusão dos termos “moradia econômica” e “habitação econômica” para nomear a habitação das classes trabalhadoras. Mostra, ainda, como tal ação revela um momento no qual a burguesia industrial empenhou-se em ampliar sua influência sobre a ação de outros setores do capital e do Estado em relação à questão da moradia operária.

“O IDORT e a habitação econômica: a difusão de experiências internacionais (1932-1960)” (CORREIA & ALMEIDA, 2013), tratou de notícias e matérias publicadas no periódico, que foram traduzidas de revistas internacionais e que abordam debates, projetos e realizações no campo da moradia em outros países. Mostrou como a escolha dos temas destas matérias revela uma visão muito abrangente da questão da habitação. Nelas, um conjunto de questões vinculadas à moradia desenha uma abordagem ampla sob diferentes perspectivas: quanto às escalas, aos processos e aos agentes. Em termos de escala de intervenção no espaço, incorporaram a dimensão do urbanismo, do projeto arquitetônico e do *layout* interno. No que

se refere aos processos, abordam o planejamento, a padronização de materiais e dos componentes da construção, a organização das tarefas domésticas, o aperfeiçoamento de instalações prediais e as estratégias de financiamento da construção. No que concerne aos agentes envolvidos, as matérias tratam da ação do Estado, de planejadores, de industriais e de donas de casas e empregadas. O trabalho mostrou também como na sua busca de inspiração e sincronia com debates e realizações internacionais, o IDORT contemplou na sua revista os principais itens da agenda da primeira metade do século XX referente à reforma da habitação. Tratou da questão da moradia mínima. Defendeu e apresentou propostas de cozinha compacta. Discutiu soluções de conforto térmico e de fontes de energia barata. Enfocou o tema da padronização dos materiais e dos componentes da construção. Apresentou experiências de produção de moradias em série. Discutiu soluções de planejamento de bairros residenciais. Abordou a ação do Estado no campo da habitação e suas iniciativas na produção de moradia de massa (CORREIA & ALMEIDA, 2013).

Além das matérias tratadas nos dois trabalhos acima citados, outras publicadas na revista do IDORT abordaram o tema da moradia, inclusive algumas que destoam do modelo de moradia desenhado neste conjunto majoritário de matérias. A relação entre casa, tecnologia e condições locais é o tema do artigo intitulado “A história da habitação”, de autoria da engenheira Carmen Portinho, então chefe do Departamento de Edificações da Prefeitura do Distrito Federal. Nessa matéria, a autora faz uma retrospectiva dos modelos de moradias dos povos primitivos e um breve panorama das transformações da forma e da função do habitat, sublinhando os impactos das condições locais e das técnicas disponíveis na concepção arquitetônica da casa: “(...) a habitação dos diversos povos é uma organização pura, que reflete o seu progresso técnico e sua estrutura social e econômica (...)” (PORTINHO, 1943, p.19). Com base nesta constatação aponta a necessidade da adequação da habitação do século XX às novas descobertas da construção e às novas necessidades sociais e econômicas e critica o padrão de moradia que se difundiu no Brasil até a década de 1940:

(...) habitação mal projetada técnica e economicamente, construídas em desacordo com a

escala humana, de nível sanitário inferior, sem ar, sem luz, sem vista e quase sempre atulhadas de moveis incomodos imensos e inuteis. Habitações que fizeram da mulher uma escrava domestica, sempre preocupada com a limpeza e conservação e onde o luxo, num desperdício chocante, substitue frequentemente o conforto (PORTINHO, 1943, p.19).

Em consonância com as ideias de Le Corbusier e com recomendações decorrentes dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), a autora propõe conceder ao homem da era da máquina uma residência digna dele e de sua época, uma máquina de morar, equipada, organizada e fabricada em série, como eram os automóveis, os aviões e os vagões de trens.

A partir da década de 1940, a questão da moradia operária rural ocupou lugar nas páginas do periódico. Foi localizada uma matéria enfocando preocupações quanto à localização das residências no campo. O artigo de autoria de Sylvio Porto, escrito em 1942, intitula-se “Escolha de local para a casa operária rural”. Apresenta uma espécie de manual para a implantação de agrupamentos residenciais rurais, destacando, entre outras questões, os locais mais adequados para a edificação, soluções de drenagem e de isolamento de superfícies e de tratamento do entorno. Recomenda que fossem levadas em consideração as características dos terrenos vizinhos, a topografia do local da construção, a constituição do solo, a vegetação e outros aspectos naturais do entorno como florestas, águas correntes e terrenos férteis. Sugere que fosse evitada a edificação de unidades próximas às áreas alagadas, pântanos ou brejos, sempre factíveis de inundação, bem como em terrenos rochosos – onde a irradiação de calor poderia comprometer o microclima local – e florestas – devido à presença de insetos. Em consonância com as recomendações de tratados de arquitetura, desde a antiguidade, os locais elevados são apontados como os mais indicados para a construção de moradias, por apresentarem solo mais firme e menos úmido, maior declividade e melhor ventilação. Em lugares quentes, aconselha-se a implantação da moradia próxima a curso d’água, onde as temperaturas são mais amenas. Indica, quando necessário, o uso de cortinas de árvores como barreiras de vento. Quanto ao tipo de solo, na opinião do autor, o solo calcário seria preferível ao argiloso, por ser menos estanque.

Curiosamente, o artigo faz menções aos miasmas e às teorias médicas a ele vinculadas, amplamente aceitas no século XIX, mas superadas pela tese microbiana e raramente mobilizadas no século XX em reflexões acerca da moradia: “(...) *os solos argilosos, retendo águas pluviais, em geral provocam fermentação, cujos vapores infestam a atmosfera e se propagam às habitações da redondeza*” (PORTO, 1942, p.22).

A noção de cooperação – central à organização do trabalho fabril – é aplicada à família na matéria intitulada “Cooperação no lar”, de autoria de Noemia Nascimento Gama, publicada na Revista em 1949. Nela, noções de ordem, boas maneiras, disciplina e economia são eleitas como essenciais à convivência familiar, recomendando-se aos que habitavam uma mesma residência serem unidos, educados, compreensivos, solícitos e obedientes (no caso dos filhos), assim como saberem poupar e viver sem ambições exageradas e gastos supérfluos. Tal conduta é indicada como essencial para que a rotina da casa e suas atividades se fizessem menos árduas e mais agradáveis e para que o equilíbrio e bem-estar da família fossem alcançados (GAMA, 1949).

No mesmo volume do periódico, o artigo de autoria de Carolina Ribeiro, intitulado “A construção do verdadeiro lar”, defende o núcleo familiar grande e a mulher dedicada integralmente à família, bem como uma casa unifamiliar espaçosa. Trata-se de uma contribuição da Liga das Senhoras Católicas aos temas relacionados à cooperação da mulher no lar, em um contexto de modificações na estrutura familiar brasileira, de expansão do trabalho externo feminino e de reordenação do espaço da casa. Acerca do modelo de família, em consonância com a posição da Igreja Católica, a matéria critica o controle da natalidade. No que se refere ao papel da mulher na sociedade, defende que se concentre na gestão da casa e na criação dos filhos, de acordo com o principal objetivo da Liga:

(...) orientar e ensinar a mulher para que ela saiba, queira e possa, resistindo à onda avassaladora, voltar-se toda para o seu lar, a sua família, construída sob a égide do verdadeiro matrimônio cristão e realizar, na vida, a sua grande missão de Esposa, Mãe e Educadora – a Rainha do Lar (RIBEIRO, 1949, p.6).

Este modelo de família é mostrado como a base de um ambiente doméstico disciplinado e estável em termos emocionais e financeiros, onde as relações entre os membros da família seriam norteadas pela cooperação:

(...) já se tornam raras as verdadeiras famílias, lógica e naturalmente numerosas, em que existe o justo equilíbrio e cooperação; em que o homem é o chefe provedor de sua manutenção (...); em que a mulher, esposa e mãe, é (...) quem vigia atenta pela alegria e conforto de todos, sabendo renovar, muitas vezes, no lar, o milagre da multiplicação dos pães, (...), garantindo a infra-estrutura que permite a segurança dos que trabalham fora e devem encontrar o ambiente retemperador, após as lutas de cada dia. E os filhos criados sob a benéfica influência de um lar assim, cooperarão também em obediência, compreensão e disciplina, e mais, com carinho e amor – moedas raras – com que saberão pagar o trabalho, a abnegação e os sacrifícios dos que lhes deram o ser e lhes garante a vida e a educação (RIBEIRO, 1949, p.6).

O correspondente espacial deste lar é uma moradia ampla. Assim, a autora critica a habitação reduzida ao mínimo indispensável e aponta a interferência desse modelo de moradia na tendência à redução do número de filhos, sobretudo, na classe média brasileira, onde se “(...) evita o crescimento da família, para poupar trabalho e dinheiro” (RIBEIRO, 1949, p.6).

O tom conservador da matéria contraria frontalmente duas tendências de transformação da família – redução do número de filhos e trabalho externo feminino –, que nos países industrializados se delineavam desde o início do século XX e se acentuavam durante a Segunda Guerra, quando começavam a atingir a classe média brasileira. As iniciativas de adequar a moradia a estas alterações da família – a casa compacta e dotada de equipamentos modernos – é igualmente questionada, embora de forma apenas tangencial, ao se recomendar uma casa ampla. Tais recomendações se opõem a toda a noção de taylorização da casa, defendida na maioria das matérias publicadas na revista sobre o tema da moradia.

Um exemplo de matéria que defende um modelo de casa e de papel feminino oposto ao do artigo

acima é a intitulada “Mulheres que trabalham”, publicada em 1953. Nela, mostra-se que, apesar do aumento do número das mulheres que trabalham em todo o mundo, as atividades domésticas não “perecem”, graças à instalação de cantinas e restaurantes nas proximidades dos lugares de trabalho, creches, serviços de vigilância, lavanderias coletivas, dentre outros serviços que facilitam a vida das mães. Defende a instalação, no Brasil, de obras e serviços de assistência doméstica – um serviço social do Estado ou por ele financiado ou subvencionado –, a exemplo do implantado em países como Bélgica, Austrália, Canadá, Dinamarca, França, Noruega, Estados Unidos, Nova Zelândia, Polônia, Alemanha, Suécia e Suíça. Descreve o funcionamento desses serviços, mostrando que em alguns desses países, as assistentes domésticas eram formadas de acordo com normas oficiais e deveriam atender aos trabalhos do lar, às crianças e aos enfermos, mediante pagamentos; enquanto em outros o serviço era oferecido por uma repartição de acordo com prioridades e de forma gratuita. A matéria aponta a necessidade de desenvolvimento de iniciativas desta natureza no Brasil, principalmente por industriais em suas fábricas, as quais serviriam de modelo para sua aplicação em outras esferas da sociedade (MULHERES..., 1953).

A abordagem do tema da moradia pela revista do IDORT, entretanto, extrapolou os limites da casa. A relação entre casa e cidade e as transformações e demandas urbanas foram outros assuntos tratados.

A legislação urbana e a trajetória de edifícios cariocas foram enfocadas em artigo intitulado “A vida e a morte dos edifícios cariocas”, de autoria de Fellipe Santos Reis, publicado em 1947. Trata da rápida transformação da paisagem urbana e a associa à forma como a legislação vigente deixa de proteger edificações de importância histórica e à especulação imobiliária em decorrência da crescente valorização dos terrenos onde estão locadas muitas dessas construções, que resultam numa intensa remodelação e/ou demolição de prédios em grandes cidades do país, como, o Rio de Janeiro (REIS, 1950, p.15).

A necessidade de racionalização da rua foi abordada em artigo, de meados da década de 1930, que trata da necessidade da adaptação das vias ao automóvel

(orientações, larguras, calçadas, materiais, etc.) e da educação do pedestre para o adequado uso desses espaços (A RACIONALIZAÇÃO..., 1934).

O crescimento de grandes cidades do país e a questão do zoneamento foram os temas principais de palestra proferida por Eric Carlson na Biblioteca Municipal de São Paulo, em decorrência do quarto centenário da cidade, transcrita e publicada no periódico do IDORT em 1953. Tal matéria destacou a importância do planejamento e do zoneamento para o adequado crescimento de São Paulo, bem como para a preservação das “vantagens existentes” na cidade, intensificação de seus atrativos urbanos e melhora das condições de trabalho (IMPORTÂNCIA... 1953).

Aspectos técnicos do planejamento foram analisados em artigo de Newton Corrêa Ramalho, o qual se concentrou no incentivo ao desenvolvimento da ação estatal planejada em diversos aspectos da economia, com a criação de repartições de planejamento em distintos níveis de governo, como vinha ocorrendo nos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra. No âmbito urbano e dos serviços públicos, propunha uma completa reorganização administrativa do aparelho de Estado para garantir um maior alcance de sua intervenção naqueles setores, dando maior capacidade de ação ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), elevando-o à categoria de planejador das atividades governamentais em diferentes níveis. Nos Ministérios, recomendava a criação de órgãos de planejamento de terceiro nível, mais próximos da execução dos planos. Segundo o artigo, assim seriam previstos e resolvidos com mais eficiência e com menos desperdício de rendas públicas, problemas como os das estradas de rodagem, portos e estradas de ferro, bem como questões relacionadas à distribuição de água e luz e à habitação (RAMALHO, 1945).

Considerações finais

Refletindo sobre o IDORT e sua revista, chama atenção, em primeiro lugar, a intensa atividade do Instituto, fazendo jus à bandeira da eficiência empunhada por seus membros. Merece ser sublinhada também a capacidade do órgão de formular e difundir conceitos vinculados aos interesses de setores das elites empresariais paulistas, assim como sua penetração nos meios governamentais. É notável ainda a importância atribuída pelo órgão

à sua revista, como instrumento de difusão da ideologia da racionalização em diferentes campos de atividades. Tal postura é atestada pela composição da comissão editorial do periódico – reunindo membros da cúpula do Instituto – e pelos amplos esforços empreendidos pelo órgão para aumentar seus leitores – distribuindo exemplares, empenhando-se em obter assinantes e em tornar a revista mais atraente ao público leigo.

O intenso envolvimento do grupo de empresários, executivos, cientistas e administradores públicos, reunidos em torno do IDORT, com o tema da moradia, evidencia a relevância atribuída à questão por setores importantes da elite paulista nas décadas de 1930 e 1940. Se a mobilização promovida em torno do tema é digna de nota, também o é a forma como foi abordado.

No trato da questão da moradia na Jornada da Habitação Econômica e nas páginas da revista do IDORT, assinala-se, nesse sentido, a importância e a abrangência dos temas que permeiam as discussões. Tais temas englobam desde assuntos mais próximos ao da eficiência – como cozinha compacta, padronização de materiais de construção, etc. –, até questões de ordem política e social, como o significado da casa própria e a ação do Estado na provisão de moradias para os trabalhadores. A questão da “casa racional” foi pensada através de múltiplos aspectos: planejamento, construção, instalações, mobiliário, utensílios e atividades domésticas. Nestes vários aspectos, a abordagem foi conduzida por princípios de economia de recursos e de tempo. Tratava-se de estender princípios e práticas baseadas na organização científica do trabalho ao âmbito doméstico, tanto em termos da construção e organização espacial, quanto dos trabalhos realizados na casa.

Nas matérias veiculadas na revista, a noção predominante de casa que emerge é: a moradia compacta; datada de instalações e equipamentos modernos; econômica e funcional; capaz de permitir e se compatibilizar com o trabalho externo feminino; e solidária com uma família que ia reduzindo seu tamanho e com um Estado que ia ampliando sua ação no âmbito da criação de serviços sociais. Entretanto, curiosamente, algumas matérias publicadas na revista contrariam frontalmente este modelo de casa e de família. A contribuição de autora vinculada à Liga

das Senhoras Católicas – Carolina Ribeiro no artigo “A construção do verdadeiro lar” –, defendendo uma família numerosa e casa espaçosa –, assim como a menção aos miasmas na matéria escrita por Sylvio Porto – mostram como a revista deu espaço para diferentes interpretações da aplicação à casa de conceitos essenciais ao taylorismo – como o de cooperação e de racionalização –, inclusive a luz de teorias e modelos superados ou em transformação. O fato pode sugerir certa falta de consistência na linha editorial da revista ou uma intenção preponderante de divulgar os conceitos centrais ao taylorismo, mais do que defender um determinado modelo de ordenamento da casa. Assim, interessava à revista veicular diferentes abordagens da questão da moradia, desde que mobilizassem conceitos de eficiência, economia, racionalização e cooperação e que representassem o pensamento e a reflexão de setores letrados e influentes da sociedade.

Vale sublinhar, ainda, que a revista não trata a casa como uma questão particular ou um objeto isolado, mas inserida na cidade. Assim, a problemática da moradia surge articulada a temas como o planejamento, a localização das residências na cidade e no campo, os problemas de circulação, a legislação urbana, a trajetória de edifícios cariocas, a racionalização da rua, o crescimento das cidades, a divisão da terra urbana e os desperdícios nos transportes urbanos, de espaços e de ruas.

Na abordagem da questão da habitação no âmbito das iniciativas promovidas pelo IDORT, é notável, ainda, a diversidade de profissionais e setores da sociedade envolvidos e a influência dos leitores da revista do IDORT nos meios técnicos, administrativos e empresariais paulistas e brasileiros.

Diante deste quadro, considera-se que o órgão e sua publicação tenham oferecido uma contribuição relevante ao debate e à difusão de novas concepções e práticas no âmbito da moradia no Brasil.

Referências bibliográficas

- “A ECONOMIA acima da técnica produtiva: influências pessoais na revista”. IDORT - Revista de Organização e Produtividade, Ano 31, n.361, jan. de 1962, p.10-13.
- “A Jornada de Habitação Econômica”. Revista de Arquitetura, Ano 7, N 52, setembro-outubro de 1941, pp. 21-31.

- AMARAL, Pedro Ferraz do. "Trinta anos de atividades no campo da organização científica". IDORT - Revista de Organização e Produtividade, Ano 30, n. 353/354, p.5-26, Maio-Junho 1961.
- ANTONACCI, Maria Antonieta Martines. "Institucionalizar Ciência e Tecnologia – Em Torno da Fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931)". Revista Brasileira de História, Vol. 7, n. 14. São Paulo, mar./ago. 1987, pp. 59-87.
- "A RACIONALIZAÇÃO DA RUA". IDORT – Órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho. Ano III, n. 28, de abril de 1934, p.88-89.
- AZEVEDO, Aldo Mário de. "As origens do IDORT". IDORT - Revista de Organização e Produtividade. Ano 30, n. 353/354, mai./jun. de 1961.
- "CAPA". Revista de Organização Científica, Ano 15, n.174, de junho de 1946.
- CASSEL, Gustav. "Economia de Guerra". Revista de Organização Científica, Ano 14, n.167, nov. de 1945.
- CORREIA, Telma de Barros. O IDORT e a taylorização da moradia no Brasil (1932-1950) in: "A construção do habitat moderno no Brasil, 1870-1950". São Carlos, Ed. Rima, 2004. pp. 79-102.
- CORREIA, Telma de Barros & ALMEIDA, Caliane C. Oliveira de Almeida. "O IDORT e a habitação econômica: a difusão de experiências internacionais (1932-1960)" (inédito).
- FERREIRA, Fabio Vizeu. "Management no Brasil em perspectiva histórica: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940". São Paulo: da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), 2008. Tese de doutorado em Administração de Empresas.
- GAMA, Noemia Nascimento. "Cooperação no lar". Revista de Organização Científica, Ano XVIII, n.211, de julho de 1949, p.5-6.
- IDORT – Órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo. Ano 1, n. 1, 1932.
- IDORT – Revista de Organização e Produtividade, Ano 30, n.353/354, mai./jun. de 1961.
- IDORT – Revista de Organização e Produtividade, Ano 31, n.361, jan. de 1962.
- "IMPORTÂNCIA DO ZONEAMENTO NO CRESCIMENTO DE SÃO PAULO". Revista de Organização Científica, Ano XXII, n.262, de outubro de 1953, s/p.
- LOPES, Octávio Pereira. "Revista do IDORT: trinta anos". IDORT – Revista de Organização e Produtividade, Ano 31, n.361/362, de janeiro e fevereiro de 1962, p.03.
- "MULHERES QUE TRABALHAM". Revista de Organização Científica, Ano XXII, n.253, de janeiro de 1953, p.17-18.
- "ORGANIZAÇÃO e revolução mental". IDORT – Revista de Organização e Produtividade, Ano 31, n.361/362, de janeiro e fevereiro de 1962, p.18.
- PORTINHO, Carmen. "A história da habitação". Revista de Organização Científica, Ano XII, n.133, de janeiro de 1943.
- PORTO, Sylvio. "Escolha de local para a casa operária rural". Revista de Organização Científica, Ano XI, n.125, de maio de 1942.
- "Publicidade do IDORT". Revista da Directoria de Engenharia, Ano IV, N. 18. Setembro de 1935.
- RAMALHO, Newton Corrêa. "Aspectos técnicos do planejamento". Revista de Organização Científica, Ano XIII, n.158, de fevereiro de 1945, p.7-14.
- REIS, Felipe Santos. "A vida e a morte dos edifícios cariocas". Revista de Organização Científica, Ano XIX, n.217, de janeiro de 1950, p.15-16.
- RIBEIRO, Carolina. "A construção do verdadeiro lar". Revista de Organização Científica, Ano XVIII, n.211, de julho de 1949, p.6.
- "RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA DO IDORT". IDORT – Órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho. Ano III, n.30, de junho de 1934, edição especial.
- SILVA, A. C. Pacheco e. "Armando de Salles Oliveira". São Paulo, Parma; EDUSP, 1980.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro concedido.